

Encaminhe-se a PROTÓCOLO

Em, 28/05/02

Dr. Francisco Jesus Vieira  
Diretor Legislativo



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Órgão	AL
Número	AL-1371/02
Data	28/05/02
Assunto	Projeto de Lei
Matrícula	
Rubrica	
Matrícula	

Dep. Francisca Trindade  
Gabinete do Partido dos Trabalhadores

PROJETO DE LEI Nº 21 / 2002.

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 27/05/02

**RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA  
A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES  
FÍSICOS DE TERESINA.**

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica reconhecida de utilidade Pública a **Associação dos Deficientes Físicos de Teresina**, denominada **ADEFT**, com sede e foro na cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí.

**Art. 2º** - A Associação dos Deficientes Físicos de Teresina - **ADEFT** tem como finalidade prestar assistência, apoio e promoção ao deficiente físico.

**Art. 3º** - À Entidade de que trata os artigos anteriores, ficam assegurados os direitos e vantagens da Legislação em Vigor.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí,  
23 de maio de 2002.

*Francisca Trindade*  
Francisca Trindade

Dep. Est. Partido dos Trabalhadores



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

---

Dep. Francisca Trindade  
Gabinete do Partido dos Trabalhadores

**JUSTIFICATIVA**

A Associação dos Deficientes Físicos de Teresina, denominada - ADEFT, criada em 09.02.2001, é uma entidade filantrópica e civil, de caráter privado e sem fins lucrativos, criada por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de Teresina, capital do Piauí. Tem a finalidade de prestar assistência, apoio e promoção ao deficiente físico, conforme reza o Estatuto e o Regimento Interno, compreendendo melhor o problema do deficiente físico, estimulando o trabalho artesanal através de cursos, exposições, cooperativas e ações que elevem a auto-estima de cidadãos e cidadão portadores de deficiência Físicas.

O número de deficiente é incerto em nível de Estado. Só em Teresina, o número de deficientes físicos chega a aproximadamente 10%. Muitos, carentes de políticas públicas que possibilitem a ter uma vida mais digna. Muitas entidades tem trabalhado o aspecto da capacidade do deficiente, pois a muitos, falta apenas incentivo e apoio. É isso que busca a Associação dos Deficientes Físicos de Teresina.

Dessa forma, apresento hoje neste Plenário esta proposição, que com certeza será aprovada pelos pares desta Casa.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí,  
23 de maio de 2002.

A assinatura manuscrita de Francisca Trindade, em uma caligrafia cursiva fluida.  
**Francisca Trindade**  
**Dep. Est. Partido dos Trabalhadores**

# ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTE FÍSICO DE TERESINA

A D E F T

## CAPÍTULO I

### DA SEDE , FORO E DAS FINALIDADES

**Art. 1º** - A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE TERESINA, abreviadamente denominada A D E F T, criada em 09.02.2001, é uma entidade filantrópica e civil, de caráter privado e sem fins lucrativos, que não distribui entre os membros da Diretoria bônus, rendimentos ou outro tipo de proventos, criada por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí, com a finalidade de prestar assistência, apoio e promoção ao deficiente físico , na conformidade do presente Estatuto e do Regimento Interno, que será submetido, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação deste, à aprovação da Assembléia Geral.

**Art. 2º** - Considera-se deficiente físico, para efeito de percepção de assistência por parte da ADEFT, exclusivamente o portador de deficiência motora comprovada.

Parágrafo Único - São condições para ingresso do deficiente físico na ADEFT:

I - ser possuidor de deficiência motora comprovada;

II - ser possuidor de sanidade físico-mental, comprovada mediante atestado médico;

**Art. 3º** - A ADEFT, para cumprimento de suas finalidades, se obriga a:

I - compreender melhor o problema do deficiente físico e a cooperar com as entidades interessadas nas soluções;

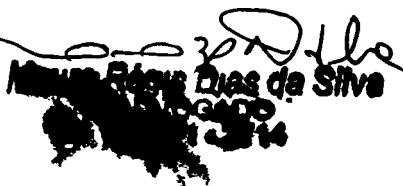
II - estimular o trabalho artesanal dos deficientes físicos, através de ensinamentos, exposições, cooperativas e medidas consideradas apropriadas;

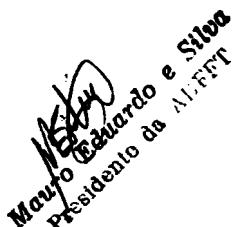
III - facilitar o intercâmbio entre associação congêneres de iniciativa privada ou pública, existente no Brasil;

IV - manter a publicação de boletim informativo sobre os trabalhos que realizar;

V - promover junto aos órgãos oficiais, a obtenção de medidas legislativas e administrativas, visando a proteger os interesses do deficiente físico.

VI - colaborar na promoção do bem-estar social e ajustamento social do deficiente físico de todas as idades, onde quer que estejam, em casa, no trabalho, na comunidade, nas instituições e nas escolas públicas, particulares e religiosas;

  
Mauro Ricardo e Silva  
Presidente da ADEFT

  
Mauro Ricardo e Silva  
Presidente da ADEFT

VII - contribuir para formação e treinamento do pessoal engajado na educação e tratamento do deficiente físico;

VIII - articular o desempenho de órgãos públicos e privados que, direta e indiretamente, tenham ligação e afinidade com seus objetivos;

IX - facilitar o estágio de estudante do 2º grau e de universitário da categoria sem qualquer ônus, com expedição de certificado relativo ao período;

X - promover a realização de cursos, seminários, congressos, palestras e mesas redondas para técnicos, auxiliares e pessoas interessadas na recuperação do deficiente físico.

## CAPÍTULO II

### DOS ASSOCIADOS

**Art. 4º** - São associados da ADEFT os que preencherem as formalidades estabelecidas neste Estatuto.

**Art. 5º** - Os associados pertencem às seguintes categorias:

I - fundadores: os que tenham assinado a ata de fundação;

II - beneméritos: os que prestarem contribuição valiosa em recursos materiais ou realizarem a prestação comprovada de serviços relevantes;

III efetivos: os que, propostos por dois associados, tiverem seu ingresso aprovado pela Diretoria;

IV contribuintes: os que, deficientes físicos ou não, contribuam, mensalmente, com recursos para a Entidade.

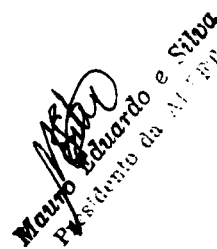
§ 1.º São direitos dos associados:

- a) participar das Assembléias gerais, votar e ser votado;
- b) utilizar todos os serviços oferecidos pela ADEFT;
- c) participar de todos os eventos que venham a compor a programação da ADEFT;
- d) solicitar afastamento voluntário do quadro social desta Associação;
- e) sugerir aos órgãos da administração da Associação medidas capazes de concorrer para a melhoria dos serviços prestados e promover o desenvolvimento da ADEFT;

§ 2.º São deveres dos associados:

- a) pagar, na data aprazada, as contribuições devidas à ADEFT;
- b) cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as resoluções emanadas da Diretoria e da Assembléia Geral;
- c) comparecer à Assembléia Geral;
- d) colaborar com a administração da Associação, pugnando pela grandeza e pelo progresso da ADEFT;

  
**Mauro Régis Dias da Silva**  
 ADVOGADO  
 OAB/PI - 2714

  
**Mauro Régis Dias da Silva**  
 Presidente da ADEFT



- e) exercer com zelo e dedicação, observar os princípios da ética e da moral, quando no exercício de cargos ou funções que lhe sejam confiados por eleição ou designação.

§3.º Anualmente, na oportunidade da realização da Assembléia Geral Ordinária, será estabelecido o quantum da contribuição financeira dos associados.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO PATRIMÔNIO**

Art. 6º - O Patrimônio da ADEFT será constituído de bens móveis, imóveis, das contribuições dos associados, das doações de particulares e de subvenções do poder público, além de quaisquer outros recursos que lhe venham a ser destinado.

Art. 7º - O exercício financeiro da ADEFT será de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de cada ano.

Art. 8º - A Diretoria obriga-se a, todo mês levantar o balancete da receita e despesa da Entidade e, anualmente, balancete geral, prestando contas de suas atividades aos associados reunidos em Assembléia Geral.

Art. 9º - No caso de dissolução da ADEFT, autorizada em Assembléia Geral, o seu patrimônio será destinado a entidade congênere ou de finalidade filantrópica, registrada no Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DA CONSTITUIÇÃO E DE SEUS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS**

Art. 10 - São órgãos de deliberação, fiscalização e administração da ADEFT:

I - a Assembléia Geral;

II - o Conselho Fiscal

III - a Diretoria Executiva.

**Parágrafo único** - Os cargos da Diretoria podem ser ocupados por pessoas que não sejam portadores de deficiência física até o limite de 1/3 (um terço) dos previstos na estrutura da ADEFT.

Art. 11 - A Diretoria Executiva será composta de:

I - Presidente

II - Vice-Presidente

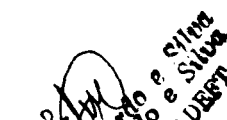
III - 1º Secretário

IV - 2º Secretário

V - 1º Tesoureiro

VI - 2º Tesoureiro

  
Mauro Régis Dias da Silva  
ADVOGADO  
OAB/PI - 2714

  
Mauro Régis Dias da Silva  
Presidente da ADEFT

VII- 1º Diretor Social

VIII- 2º Diretor Social

**Parágrafo único** - Os membros da Diretoria não receberão nenhum tipo de remuneração da ADEFT pelo trabalho que desenvolverem para este fim.

**Art. 12-** O Conselho Fiscal compor-se-á de três membros e três suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

**Art. 13** - A Assembléia Geral constituir-se-á de todos os associados qualificados na forma deste Estatuto e, rigorosamente quites com suas obrigações sociais, estejam em pleno gozo de seus direitos e obrigações.

## CAPÍTULO V

### DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS CONSTITUÍDOS

**Art. 14-** A Assembléia Geral, órgão soberano da ADEFT, será composta dos associados no gozo de seus direitos associativos e instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta, e, em Segunda convocação, que será uma hora depois da primeira, com qualquer número de associados.

**Art. 15-** À Assembléia Geral compete:

I - eleger a Diretoria e o conselho Fiscal;

II - empossar a Diretoria e o conselho Fiscal;

III - fixar as taxas, mensalidades e/ou anuidades dos associados;

IV - proceder ao exame das atividades da Diretoria da Sociedade e à prestação de contas anual, manifestando-se sobre as mesmas;

V - determinar, através de resoluções, a orientação, a ser seguida pela Sociedade, relativamente a iniciativas que interessem aos deficientes físicos;

VI - decidir sobre a liquidação da Sociedade e o destino dos seus bens, com o quorum mínimo de 2/3;

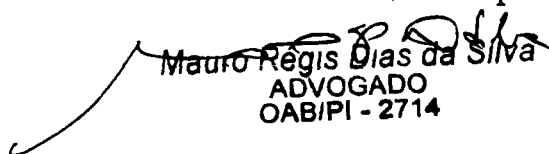
VII - deliberar sobre a exclusão de qualquer associado, inclusive ocupante de cargo diretivo, que venha a violar qualquer norma estabelecida por Estatuto.

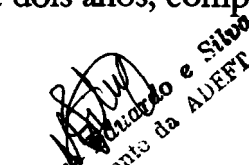
**Art. 16** -A Assembléia Geral reunir-se-á:

I - ordinariamente, no segundo Domingo de janeiro de cada ano, para tomar conhecimento do relatório, balanço e prestação de contas da Diretoria;

II - extraordinariamente, sempre que for convocada pelo Conselho Fiscal, Diretoria Executiva ou, pelo menos, um terço (1/3) dos sócios em pleno gozo seus direito.

**Art. 17-** Ao Conselho Fiscal, eleito para um período de dois anos, compete:

  
Mauro Régis Dias da Silva  
ADVOGADO  
OAB/PI - 2714

  
Mauro Régis Dias da Silva  
Presidente da ADEFT

- I - examinar os livros e documentos da ADEFT, bem como balancetes, balanços e relatórios da Diretoria, emitindo o competente parecer destinado à Assembléia Geral e que deverá constar as atas de suas reuniões;
- II - lavrar atas relativas às reuniões que realizar;
- III - convocar a Assembléia Geral, quando a Diretoria não o fizer na época oportuna.

**Parágrafo único** - As vagas ocorridas no Conselho Fiscal serão preenchidas por associado escolhido na primeira Assembléia Geral que realizar-se, ou, para esse fim convocada, se indispensável a providência.

**Art. 18- Á** Diretoria Executiva, eleita para um período de dois anos e representada por seus membros, compete:

I - ao presidente:

- a) representar a ADEFT em juízo e fora dele;
- b) assinar, juntamente com o Tesoureiro, cheques bancários, recebidos e demais documentos necessários à movimentação patrimonial da Sociedade;
- c) nomear o pessoal técnico e auxiliares necessários aos fins da Sociedade, cuja admissão tenha sido aprovada pela Diretoria;
- d) autorizar as despesas necessárias à consecução dos fins sociais;
- e) presidir as reuniões da Diretoria.

II - ao vice-presidente :

- substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos.

III - ao 1º Secretário :

- dirigir a Secretaria; redigir ou mandar redigir as atas e subscrevê-las; providenciar o expediente; guardar e zelar os papéis, livros e documentos de seu cargo e praticar, enfim outros atos relativos à sua função.

IV - ao 2º Secretário :

substituir o 1º Secretário em todas as suas faltas e impedimentos.


V - ao 1º Tesoureiro :

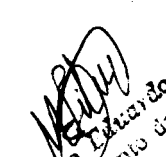
guardar os valores da Sociedade; arrecadar as contribuições dos sócios; receber as subvenções; movimentar os sócios; receber as subvenções; movimentar os fundos sociais, assinando, juntamente com o Presidente, os cheques bancários e documentos necessários, inclusive sobre alteração patrimonial; realizar o pagamento das despesas autorizadas pelo Presidente, e apresentar, mensalmente, balancete de receitas e despesas.

VI - ao 2º Tesoureiro :

substituir o 1º Tesoureiro em todas as suas faltas e impedimentos.

VII- ao Diretor Social :

  
Mauro Régis Dias da Silva  
ADVOGADO  
OAB/PI - 2714

  
Mauro Régis Dias da Silva  
Presidente da ADEFT

- representar a Sociedade em solenidades, quando autorizado pelo Presidente.

VIII - ao vice-diretor Social :

substituir o Diretor Social em suas faltas e impedimentos.

**Art. 19** - Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembléia

Geral, na forma estabelecida pelas instruções eleitorais.

**Art. 20** - As eleições se processarão no segundo domingo de janeiro, de dois em dois anos, onde, o presidente terá direito a concorrer apenas uma reeleição e só poderão votar e ser votados os associados quites com suas obrigações sociais.

§ 1º - A posse dos eleitos será no terceiro domingo do mês seguinte às eleições.

§ 2º - As vagas ocorridas na Diretoria serão preenchidas por um associado escolhido na primeira Assembléia Geral que realizar-se, ou, para esse fim convocada, se indispensável a providência.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERFAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 21** - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não respondem, individualmente, pelas obrigações contraídas em nome da Entidade.

**Art. 22** - Os cargos da diretoria e do Conselho Fiscal serão exercidos, gratuitamente, não cabendo a nenhum dos titulares, em qualquer hipótese, gratificações, remuneração ou outras vantagens, sendo os seus serviços considerados relevantes.

**Art. 23** - Este Estatuto só poderá ser alterado no todo, ou em parte, mediante proposta da Diretoria aprovada por dois terços dos associados, no mínimo, reunidos em Assembléia Geral.

  
Mauro Régis Dias da Silva  
Presidente da ADEPT

  
Mauro Régis Dias da Silva  
ADVOGADO  
OAB/PI - 2714

cal serão exercidas, gratuitamente, não cobrando a nenhum dos titulares, em qualquer hipótese, gratificações, remuneração ou outras vantagens, sendo os seus serviços considerados relevantes.

Art. 23 - Este Estatuto só poderá ser alterado no todo, ou em parte, mediante proposta da Diretoria aprovada por dois terços dos associados, no mínimo, reunidos em Assembleia Geral.

#### ATA DE ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ADEET

Ata da 5ª reunião dos deficientes físicos, realizada em cinco de março de dois mil e um às dez horas na sala de reuniões dos Correios situada à Av. Antonino Freire 1407 em Teresina, a fim de elegerem a Diretoria e o Conselho Fiscal da nova Associação dos deficientes físicos. Concluída a votação foram eleitos para os seguintes cargos: Presidente, Mauro Eduardo e Silva, vice-presidente, Marconi de Sousa Silva, 1º Secretário, Josemildes Mendes da Silva, 2º Secretário, Maria Xavier Maia, 1º Tesoureiro, Joaquim dos Santos Tenório, 2º Tesoureiro, Francildo de Lima Moraes, 1º Diretor Social, Washington Luiz Sousa do Nascimento, 2º Diretor Social, Vênia Carvalho Araújo Daniel, Conselho Fiscal, José de Ribamar Pereira Oliveira, Juliana Gramoza Vilaxinho, Marcelo Silva Cruz, encerrada a sessão às dez e nove horas e vinte minutos com agradecimentos a todos presentes, da qual para, fins de direito foi assinada por mim Josemildes Mendes da Silva, secretária da associação e demais presentes.

Mauro Eduardo e Silva

Marconi de Sousa Silva

Josemildes Mendes da Silva

Joaquim dos Santos Tenório

Francildo de Lima Moraes

Washington Luiz Sousa do Nascimento

Vênia Carvalho Araújo Daniel

Marcelo Silva Cruz

Juliana Gramoza Vilaxinho

Maria Zildete do Nascimento Carvalho  
Escrevente Compromissada

2ª Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis	3ª Circunscrição - Teresina / Piauí	Bela. Lysia Bucar Lopes de Sousa
Registro de Títulos e Documentos	Protocolo Livro A - 12	ne 20005284
Registro nº 12.905	Livro B -	ne 20005284
Teresina -	05/10/2001	12001
Bela. Lysia Bucar Lopes de Sousa	Oficial de Registro	

Lueneide Viana Lima

Antonio Francisco Borges

Iris de Fátima Bezerra de Carvalho

Estrelida Carvalho da Costa

Evangelina Gomes Costa

Delvina dos Santos Rosa

Jucelino Rodrigues Alves Viana

Maria Antonia m. dos Santos

Francisco Francisco Sousa Filho

Jeani Soares Dias

Ana Cláudia Firme de Sousa

Jairam Soares da Silva

Christian Viana Viana

Juliana Gromoz Vilarinho

José de Ribamar Pereira de Oliveira

Cláudia Ferreira da Silva

Geau Pires da Silva

Maria das Neves da Silva Costa

Everardo Saraiva Oliveira

Maria Salome Ferreira da Silva

Maria Inês dos Santos

Francisco Wilson Rodrigues Sales

Maria Xavier Maia

José dos Santos Turini

Washington Luiz Souza do Nascimento

Traci de Lima Amorim

CART. MAILA BUCAR - 2 OF. NOTAS E R. IMOVEIS  
Bela. LYSIA BUCAR LOPES DE SOUSA-TITULAR  
RECONHECO por semelhança as firmas de:  
MARCONI DE SOUSA...  
Teresina (PI)...  
Fone: 221-7000... VERDADE

MAILA BUCAR  
2ª Tabelionato de Notas e Registro  
de Imóveis - 3ª Circunscrição  
Bela. Lysia Bucar Lopes de Sousa  
Titular - Plati  
Teresina - Plati

Dr. Haroldo Rahm  
Juiz da 1ª Vara Civil

Carlos Eugênio Portela Bandeira  
Escrevente Auxiliar  
065478/00919509025402-3

Termina - Plati  
Bela. Lysia Bucar Lopes de Sousa  
2ª Tabelionato de Notas e Registro  
de Imóveis - 3ª Circunscrição  
MAILA BUCAR

CART. MAILA BUCAR - 2 OF. NOTAS E R. IMOVEIS  
Bela. LYSIA BUCAR LOPES DE SOUSA-TITULAR  
RECONHECO por semelhança as firmas de:  
JOAQUIM DOS SANTOS LEMOS, MARCO EDUARDO  
E SILVA, JOSE NILDES REZENDES DA SILVA...  
Teresina (PI)...  
Fone: 221-7000... VERDADE

Carlos Eugênio Portela Bandeira  
Escrevente Auxiliar



## ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE TERESINA - ADEFT

Ato da 2ª Reunião dos deficientes físicos, realizada em nove de Fevereiro de dois mil e um, às dezoete horas e trinta minutos, na sala de reuniões dos correios, situada à Av. Antonino Freire 1407, em Teresina, estavam presentes membros da Sociedade de Apoio ao Deficiente Físico onde foi colocado em pauta a apresentação dos colaboradores da Entidade, do Advogado e do Contador, avaliação do processo de fundação da nova Associação, escolha do nome para a nova Entidade; data, hora e local para a próxima reunião de convocação da diretoria. Foi discutida sobre a remuneração dos que irão fazer parte da diretoria, pois já se sabe que Entidades Filantrópicas não tem fins lucrativos e se as mesmas pessoas que compoem a diretoria poderão trabalhar em outro local, portanto assim finalizando a sessão ficou certo que a seguinte reunião seria dia vinte e dois de Fevereiro de dois mil e um na citada sala acima. Pois não havendo nada mais a tratar a reunião foi encerrada às dezoete horas e trinta minutos com a seguinte assinatura dos presentes.

Maurício Eduardo e Silva

Regina Lages Pinheiro

transfido de Regina Lages Pinheiro

Tereza Mendes da Silva

Maria Xavier Maia

Ponçação de Maria Helena Silva

Marcos Silva

Maria Inês dos Santos

Marta Zidete do Nascimento Carvalho  
Escritoriente Compromissada

2º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis 3ª Circunscrição - Teresina / Piauí Bela - Lygia Bucar Lopes de Sousa		NAILA BUCAR	
Registro de Títulos e Documentos		Protocolo Livro A - 02	
Registro nº 12.904		nº 13.290	
Livro B - 50		06/11/2001	
Teresina,		06/11/2001	
Bela, Lygia Bucar Lopes de Sousa		Oficial do Registro	





PROCESSO Nº 001.0014910-2

NATUREZA DO FEITO: ART. 16 DA LEI Nº 6.368/76

REQUERENTE: JERÔNIMO AMORIM DOS SANTOS

ADVOGADO: DR. EZEQUIEL MIRANDA DIAS

Teresina, 29 de março de 2001.

DR. JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

Juiz de Direito Titular

**AVISO DE INTIMAÇÃO**

**7ª VARA CRIMINAL E ENTORPECENTES**

ASSUNTO: ALEGAÇÕES FINAIS

PROCESSO Nº 001.99.134472-4

NATUREZA DO FEITO: ART. 129 DO CPB

ACUSADO: OSVALDO PEREIRA DA SILVA

VÍTIMA: JERÔNIMO AMORIM DOS SANTOS

ADVOGADO: DR. JOÃO DA MATA FILHO

Teresina, 29 de março de 2001.

DR. JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

Juiz de Direito Titular

**AVISO DE INTIMAÇÃO**

**7ª VARA CRIMINAL E ENTORPECENTES**

ASSUNTO: AUDIÊNCIA

DATA: 03.03.01, ÀS 9:00 HORAS

PROCESSO Nº 001.99.125723-6

NATUREZA DO FEITO: ART. 158, § 1º DO CPB

ACUSADOS: JOSÉ JARBAS RIBEIRO GONÇALVES, CLÁUDIO

MARCELO MELO DO NASCIMENTO, JEFFERSON ANTÔNIO DA

SILVA NETO, VILMAR BATISTA FURTADO

ADVOGADOS: DRS. ANTÔNIO LUCAS BALDUÍNO, LUCIANO

JOSÉ LINARD PAES LANDIN, DRA. VITÓRIA ROCHA MOTA

(Assistente do MP).

Teresina, 29 de março de 2001.

DR. JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

Juiz de Direito Titular

**AVISO DE INTIMAÇÃO**

**7ª VARA CRIMINAL E ENTORPECENTES**

ASSUNTO: AUDIÊNCIA INQUISITÓRIA

DATA: 16.04.01, ÀS 10:00 HORAS

PROCESSO Nº 001.00.008304-7

NATUREZA DO FEITO: ART. 10 DA LEI Nº 9.437/97 C/C 147 e 307

AMBOS DO CPB

ACUSADO: OSVALDO PEREIRA DA SILVA

ADVOGADO: DR. CÉSAR RÔMULO FEITOSA ARAÚJO

Teresina, 29 de março de 2001.

DR. JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

Juiz de Direito Titular

**AVISO DE INTIMAÇÃO**

**7ª VARA CRIMINAL E ENTORPECENTES**

ASSUNTO: INTIMAÇÃO (FAZ)

PRAZO: 03 DIAS

PROCESSO Nº 001.00.014038-5

NATUREZA DO FEITO: ART. 214, C/C 224, "A" DO CPB

ACUSADO: GIOVANE BORGES DE SOUSA

ADVOGADA: DRA. CONCEIÇÃO DE MARIA DA S. MOREIRA

Teresina, 30 de março de 2001.

DR. JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

Juiz de Direito Titular

**ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE TERESINA**

**Art. 1.º** - A Associação dos Deficientes Físicos de Teresina, abreviadamente denominada ADEFT, é uma entidade civil, de caráter privado, criada por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí, com finalidade de prestar assistência, apoio e promoção ao deficiente físico, na conformidade do presente Estatuto e do Regimento Interno, que será submetido, no prazo de 60(sessenta) dias, a partir da publicação deste, à aprovação da Assembleia Geral.

**Art. 2.º** - Considera-se deficiente físico, para efeito de percepção de assistência por parte da ADEFT, exclusivamente o portador de deficiência motora comprovada.

**Parágrafo Único** - São condições para ingresso do deficiente físico na ADEFT:

I - ser possuir de deficiência motora comprovada;

II - ser possuidor de sanidade físico-mental, comprovada mediante atestado médico;

III - não ser matriculado em associação congênere, fato comprovado por declaração negativa;

**Art. 3.º** - A ADEFT, para cumprimento de suas finalidades, se obriga a:

I - compreender melhor o problema do deficiente físico e a cooperar com as entidades interessadas nas soluções;

II - estimular o trabalho artesanal dos deficientes físicos, através de ensinamentos, exposições, cooperativas e medidas consideradas apropriadas;

III - facilitar o intercâmbio entre associações congênere de iniciativa privada ou pública, existente no Brasil.

IV - manter a publicação de boletim sobre os trabalhos que realizar;

V - promover junto aos órgãos oficiais, a obtenção de medidas legislativas e administrativas, visando a proteger os interesse do deficiente físico;

VI - colaborar na promoção do bem-estar social e ajustamento social do deficiente físico de todas as idades, onde quer que estejam, em casa, no trabalho, na comunidade, nas instituições e nas escolas públicas, particulares e religiosas;

VII - contribuir para a formação e treinamento do pessoal engajado na educação do deficiente físico;

VIII - articular o desempenho de órgãos públicos e privados que, direta ou indiretamente, tenham ligação e afinidade com seus objetivos;

IX - facilitar o estágio de estudantes do 2.º e universitário da categoria sem qualquer ônus, com expedição de certificado relativo ao período;

X - promover a realização de cursos, seminários, congressos, palestras e mesas redondas para técnicos, auxiliares e pessoas interessadas na recuperação do deficiente físico.

**Art. 21** - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não respondem, individualmente, pelas obrigações contraídas em nome da entidade;

**Art. 22** - Os cargos da diretoria e do Conselho Fiscal serão exercidos, gratuitamente, não cabendo a nenhum dos titulares, em qualquer hipótese, gratificações, remuneração ou outras vantagens, sendo os seus serviços considerados relevantes.

Art. 23 - Este Estatuto só poderá ser alterado no todo, ou em parte, mediante proposta da Diretoria aprovada por dois terços dos associados, nos mínimos reunidos em Assembleia Geral.

Teresina, 04 de abril de 2001.

Mário Eduardo e Silva, Presidente; Marconi de Sousa Silva, Vice-Presidente; Josénilde Mendes da Silva, 1.ª Secretária; Maria Xavier Maia, 2.ª Secretária; Joaquim dos Santos Teodoro, 1.º Tesoureiro; Francildo de Lima Moraes, 2.º Tesoureiro; Washington Luiz Sousa Nascimento 1.º Diretor Social; Verna Carvalho Araújo Daniel, 2.º Diretor Social.



**COMARCAS DO INTERIOR  
EDITAIS**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO  
PRAZO DE 20 DIAS**

Processo nº 010/99

**FINALIDADE:** Intimação da esposa de LOURENÇO DE SOUSA NETO, com nome e qualificação desconhecida, EXECUTADOS na Ação de Execução, nº 010/99 que tramita pela 7ª Vara Cível e Acidentes do Tribunal da Comarca de Manaus (AM), com Carta Precatória no Cartório do 2º, desta comarca, para encontrar-se em lugar incerto e não sabido, para INTIMADA através deste EDITAL do AUTO DE PENHORA a seguir: Uma casa construída de pedras e adobes, coberta com telhas, piso de cimento e contendo 5 compartimentos, encravada em um terreno medindo 8,00 (oito) metros por 40,00 (quarenta) metros de fundo situado a rua Padre José Gomes, nº 213, na Vila Operária desta cidade. Limitando-se ao nascente, com José Ribamar Barros de Oliveira, ao poente com Francisco Alves Galdêncio, ao norte, com Raimundo Gomes de Sousa e ao sul, com a rua Padre José Gomes. Registrada sob nº 2423 no livro 21, as folhas 80 no imóvel desta comarca, devendo depositado em mãos e poder do Sr. Francisco Ribamar de Andrade, depositário judicial desta comarca. Sendo este publicado no Diário Oficial desta Estado. SEDE DO JUÍZO: Fórum Dr. Thomaz de Arca Lima, a rua Manoel Nogueira Lima, s/n, Pedro II, 03.04.2.000. Eu, *Marcia Brito Nogueira* (Helena Viana Sousa Oliveira), Escrevente Autorizada, digitei e subscrevi.

*Holanda*  
Dr. Raimundo Holland Moura de Queiroz  
Juiz de Direito

**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS**

O DOUTOR WASHINGTON LUIZ GONÇALVES CORREIA, Juiz de Direito da cidade e Comarca de Santa Filomena, Estado do Piauí, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a quem o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso nesta Comarca e Cartório do 2º Ofício, a AÇÃO DE ADOÇÃO PLENA (Processo nº 024/99), em que são requerentes JOVELINO RODRIGUES CERQUEIRA e sua mulher MARIA DO SOCORRO RAMOS LOPES CERQUEIRA, que fiquem CITADOS por este Edital o Sr. ALCENIR RAMOS COSTA e a Sra. GENIR DA SILVA NEVES, brasileiros, estado civil e profissões desconhecidos, residentes em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 20 (vinte) dias, contestarem a ação. Caso a ação não seja contestada no prazo legal, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos afirmados na inicial pelos autores, tudo conforme o despacho de fl. 24, do teor seguinte: "Tendo em vista a Certidão de fl. 23, designo audiência para o dia 05/05/2001, às 11:00 horas. Citem-se por

Edital e Alcenir Ramos Costa e Genir da Silva Neves, sem prazo de 20 (vinte) dias, devendo comparecer ao Edital que não sendo contestada a ação presumir-se-ão como verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, ficando desde logo nomeado o Dr. Leonir Possamai para funcionar como Curador Especial, no caso de revelia, hipótese em que deverá, independentemente de compromisso, ser intimado para proceder a defesa dos citados. Intimando, ainda, os testemunhas de fl. 03. Expeça-se Edital, intimando-se, Oficiais de Santa Filomena, no dia 04 de abril de 2001. Dr. WASHINGTON LUIZ GONÇALVES CORREIA, Juiz de Direito". CUMPRASE. Dado e passado nesta cidade de Santa Filomena, Estado do Piauí, no Cartório do 2º Ofício, aos cinco dias do mês de abril de dois mil e um (05/04/2001). Eu, *Marcia Brito Nogueira* (Márcia Brito Nogueira), Escrivã Substituta, o expedi e subscrevo.

*Washington Luiz Gonçalves Correia*  
Dr. WASHINGTON LUIZ GONÇALVES CORREIA  
Juiz de Direito

**1ª PUBLICAÇÃO**

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA  
DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO**

Proc. nº 2375

O DR. JOSÉ WAGNER LINHARES, Juiz de Direito da Comarca de Elesbão Veloso, Estado do Piauí, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processando por este Juízo e Cartório do 2º Ofício, aos Termos da Ação de Interdição que o Ministério Público da Comarca move contra LAURITA ALVES DA SILVA, brasileira, piauiense, solteira, filha de José Alves da Silva e Joana Maria da Conceição, residente e domiciliada no Bairro Pedra Preta, em Elesbão Veloso-PI, decretou a interdição desta, conforme sentença datada de 21.03.2001. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado três (03) vezes no Diário da Justiça, com intervalo de dez (10) dias e afixado no lugar de costume, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Elesbão Veloso, Estado do Piauí, aos 29 dias do mês de março do ano de 2001. Eu, Escrivão, datilografei e subscrevi.

Dr. JOSÉ WAGNER LINHARES  
Juiz de Direito

**EDITAL DE CITAÇÃO COM O  
PRAZO DE QUINZE DIAS**

O DR. MARCUS ANTÔNIO SOUSA E SILVA, Juiz de Direito da Comarca de Guadalupe, Estado do Piauí, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a quem interessar possa e conhecimento tiverem, que tem em curso nesta Comarca e Cartório do 2º Ofício, uma Ação de Alimentos (Proc. nº 251/00) ajuizada por MARIA DE LOURDES DA SILVA, representando seu filho menor FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA, residentes nesta cidade, contra ELIAS MAGALHÃES DA SILVA, brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, ficando o mesmo citado por este Edital, com o prazo de 15 dias, para querendo, contestar a Ação, ficando intimado para comparecer a Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento designada para o dia 17 de maio de 2001, às 9:00 horas, no Fórum local. Dado e passado nesta cidade de Guadalupe, Estado do Piauí, aos quatorze dias do mês de março de dois mil. Eu, Rosa Carmina Coelho Lima, Escrivã do 2º Ofício, datilografei e subscrevi.

Dr. MARCUS ANTÔNIO SOUSA E SILVA  
Juiz de Direito

**EDITAL DE PRACA**

A Bela. JÚNIA MARIA FEITOSA BEZERRA FIALHO, Juíza de Direito desta cidade e Comarca de Arraiá, Estado do Piauí, por título e nomeação legal etc.

Art. 1º Fica reconhecida de Utilidade Pública o Conselho Comunitário do Residencial Esplanada, com sede e foro na Quadra H, Casa 40, do Conjunto Residencial Esplanada - Zona Sul de Teresina - CNPJ nº 04.362.017/0001-40.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina, em 25 de junho de 2001.

FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO  
Prefeito de Teresina

Esta Lei foi sancionada e numerada aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano dois mil e um.

MATIAS AUGUSTO DE OLIVEIRA MATOS  
Secretário Municipal de Governo

#### LEI Nº 3006 DE 25 DE JUNHO DE 2001

*RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE TERESINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*

O Prefeito Municipal de Teresina, Estado do Piauí

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Teresina - A D E F T, localizada na Avenida Antonino Freire, 1407, bairro Centro, Teresina-Piauí, CGC: 04.390.137/0001-50.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina, em 25 de junho de 2001.

FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO  
Prefeito de Teresina

Esta Lei foi sancionada e numerada aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano dois mil e um.

MATIAS AUGUSTO DE OLIVEIRA MATOS  
Secretário Municipal de Governo

#### LEI Nº 3007 DE 25 DE JUNHO DE 2001

*Reconhece de utilidade Pública a ACADEMIA PIAUIENSE DE ODONTOLOGIA - A P O, e dá outras providências.*

O Prefeito Municipal de Teresina, Estado do Piauí

Faço saber que a Câmara Municipal de Teresina, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de utilidade pública a Academia Piauiense de Odontologia - A P O.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina, em 25 de junho de 2001.

FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO  
Prefeito de Teresina

Esta Lei foi sancionada e numerada aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano dois mil e um.

MATIAS AUGUSTO DE OLIVEIRA MATOS  
Secretário Municipal de Governo

#### LEI Nº 3008 DE 27 DE JUNHO DE 2001

*Estabelece a obrigatoriedade, ao Poder Público Municipal, de dotar de cicloviárias as avenidas que vierem a ser construídas em Teresina.*

O Prefeito Municipal de Teresina, Estado do Piauí

Faço saber que a Câmara Municipal de Teresina decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Torna-se obrigatória a inclusão de cicloviárias nos projetos de construção das Avenidas que vierem a ser construídas na zona urbana de Teresina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina, em 27 de junho de 2001.

FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO  
Prefeito de Teresina

Esta Lei foi sancionada e numerada aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e um.

MATIAS AUGUSTO DE OLIVEIRA MATOS  
Secretário Municipal de Governo

#### LEI Nº 3009 DE 27 DE JUNHO DE 2001

*RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A FUNDAÇÃO DESEMBARGADOR FRANCISCO GOMES DE ARAÚJO.*

O Prefeito Municipal de Teresina, Estado do Piauí

Faço saber que a Câmara Municipal de Teresina aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de Utilidade Pública a Fundação Desembargador Francisco Gomes de Araújo, com sede e foro na Rua Ubiratan de Carvalho nº 4455, zona Leste de Teresina - CNPJ nº 04.181.516/0001-30.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina, em 27 de junho de 2001.

FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO  
Prefeito de Teresina

Esta Lei foi sancionada e numerada aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e um.

MATIAS AUGUSTO DE OLIVEIRA MATOS  
Secretário Municipal de Governo

#### LEI Nº 3010 DE 27 DE JUNHO DE 2001

*Dispõe sobre a instalação de cercas energizadas destinadas à proteção de perímetros de imóveis no Município de Teresina e dá outras providências.*

O Prefeito de Municipal de Teresina, estado do Piauí

Faço saber que a Câmara Municipal de Teresina aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para os efeitos desta Lei, toda cerca destinada à proteção de perímetros de imóveis e que seja dotada de corrente elétrica, é denominada "cerca energizada".

Art. 2º As empresas e pessoas que se dediquem à instalação de cercas energizadas deverão possuir registro no CREA e possuir enge-



Lei nº 3006 de 25 de junho de 19 2001

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A  
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE  
TERESINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

## O Prefeito Municipal de Teresina, Estado do Piauí

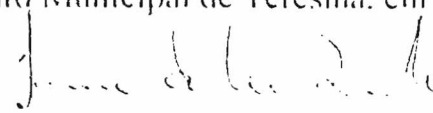
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º Fica reconhecida de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Teresina - A D E F T, localizada na Avenida Antonino Freire, 1107, bairro Centro, Teresina-Piauí, CGC: 04.390.137.0001-50.


Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina, em 25 de junho de 2001

  
**FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO**  
Prefeito de Teresina

Esta Lei foi sancionada e numerada aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano dois mil e um.

  
**MATIAS AUGUSTO DE OLIVEIRA MATOS**  
Secretário Municipal de Governo



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>04.390.137/0001-50</b>	<b>CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA</b>	DATA DE ABERTURA <b>06/04/2001</b>	VALIDADE DO CARTÃO <b>30/06/2003</b>
--	---	---------------------------------------	---

NOME EMPRESARIAL  
**ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FISICOS DE TERESINA**

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
**ADEPT**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
**81.00-8-00 - Outras atividades associativas, no**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
**302-6 ASSOCIAÇÃO**

LOGRADOURO  
**AV. ANTONINO FREIRE**

NÚMERO  
**1407**

COMPLEMENTO

CEP  
**64000-000**

BAIRRO/DISTRITO  
**CENTRO**

MUNICÍPIO  
**TERESINA**

UF  
**PI**

CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE

CPF DO RESPONSÁVEL  
**578.506.743-91**

SITUAÇÃO ESPECIAL

16  
**NAILA BUCAR 3**

**2º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS - 3ª CIRCUNSCRIÇÃO**  
**Bela. Lysia Bucar Lopes de Sousa - TITULAR - TERESINA/ PIAUÍ**

## **CERTIDÃO**

**CERTIFICO** que, a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo e buscando neste Serviço Registral de Pessoa Jurídica, 3ª Circunscrição, Livro A-09, sob o número de ordem 332, datado de 06.04.2001, nele verifiquei constar o registro de um **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FISICO DE TERESINA - ADEFT**, apresentado pelo Sr. **MAURO EDUARDO E SILVA**. O referido é verdade e dou fé.

Teresina (PI), 06 de abril de 2001

**OFICIAL DO REGISTRO DE PESSOA JURICA**

Maria Zildete do Nascimento Carvalho  
Escrevente Compromissada

**NAILA BUCAR**

2º Tabelionato de Notas e Registro  
de Imóveis - 3ª Circunscrição  
Bela. Lysia Bucar Lopes de Sousa  
Titular  
Teresina - Piauí



## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

LEI Nº                   , DE                   DE                   DE 2002.

Reconhece de utilidade pública a  
Associação dos Deficientes Físicos de  
Teresina

### O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

**FAÇO** saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a  
seguinte Lei:


Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação dos  
Deficientes Físicos de Teresina, denominada ADEFT, com sede e foro na  
cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí.

Art. 2º - A Associação dos Deficientes Físicos de Teresina –  
ADEFT tem como finalidade prestar assistência, apoio e promoção ao  
deficiente físico.


Art. 3º - À entidade de que trata os artigos anteriores, ficam  
assegurados os direitos e vantagens da legislação em vigor.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA**, em Teresina, 12 de  
novembro de 2002.

  
Dep. Kleber Eulálio  
Presidente

  
Dep. Paulo Henrique  
1º Secretário

  
Dep. Pompílio Evaristo  
2º Secretário



ESTADO DO PIAUÍ  
*Assembléia Legislativa*

AL-P-(SGM) Nº 283

Teresina(PI), 13 de novembro de 2002.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo Projeto de Lei de autoria da Dep. *Francisca Trindade* que:

***“Reconhece de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Teresina”.***

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

  
Dep. **KLEBER EULÁLIO**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
HUGO NAPOLEÃO DO RÊGO NETO  
Digníssimo Governador do Estado do Piauí  
Palácio de Karnak  
**NESTA CAPITAL**





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembléia Legislativa**

AL-P-(SGM) Nº 283

Teresina(PI), 13 de novembro de 2002.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo Projeto de Lei de autoria da Dep. **Francisca Trindade** que:

***“Reconhece de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Teresina”.***

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

  
Dep. **KLEBER EULÁLIO**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
HUGO NAPOLEÃO DO RÊGO NETO  
Digníssimo Governador do Estado do Piauí  
Palácio de Karnak  
**NESTA CAPITAL**



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de  
Constituição e Justiça  
para os devidos fins.

Em 03 / 06 / 82

Ebargh

Assinada de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Gustavo  
Medeiros

para relatar.

Em

04 / 06 / 82

Assinada

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

PROVIDENCIADO

Em \_\_\_\_\_

Chefe da Seção de Autógrafos

AL-1371/02



## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 021/02 - PROCESSO AL - 1371/02

AUTOR: DEP. FRANCISCA TRINDADE

### RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatória nos termos do art. 47, inciso VI do Regimento Interno para emitir parecer conforme dispõe os arts. 30, inciso I, 59 e 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal, a proposição que reconhece de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Teresina.

Conforme a legislação em vigor, Constituição Federal e Estadual, e Código de Processo Civil e Lei dos Registros Públicos, foi acostado à proposição, o Estatuto a ata de instalação, certidão de registro no livro de pessoas jurídicas e o CNPJ.

### VOTO DO RELATOR

A proposição atende todos os dispositivos constitucionais legais e de técnica legislativa, somos de parecer favorável à sua aprovação.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**, em Teresina, 11 de junho de 2002.

Dep. Gustavo Medeiros  
Relator

APROVADO A UNANIMIDADE	
em, 17	09
Presidente da Comissão	
Constituição e	
Justiça	

Edmar Farias



# Assembleia Legislativa

## FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RUBRICA	FLS Nº
ANEXOS	NÚMERO
	AL-1371/02

### DIRETORIA LEGISLATIVA

#### JUNTA DA

Publicação de matéria

ce. 15 laudas.

Em 28/05/02

[Assinatura]  
funcionário

Lidiana M. Monte M. Lima  
Chefe Setor de Publicação

### DIV. DE APOIO LEGISLATIVO

Encaminhe-se à Diretoria

Legislativa

Em 28/05/2002

pp/Adão Francisco Alves  
Conceição de M. Pádua Sampaio  
Tereza - Piauí

### AL - DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminhe-se a Redação

de Atas

Em 29/05/02

Dr. Francisco Jesus Vieira  
Diretor Legislativo

### AL - DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminhe-se a Comissão

Técnicas

Em 03/06/02

Dr. Francisco Jesus Vieira  
Diretor Legislativo

### AL - DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminhe-se a Sec. Geral

da Mesa

Em 12/11/02

Dr. Francisco Jesus Vieira  
Diretor Legislativo

### Assembleia Legislativa

Encaminhe-se a Diretoria

Legislativa

Em 29/05/02

Martinho R. de Sá Júnior  
Chefe Sec. Red. de Atas

### AL - DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminhe-se a Sup. Projes

Em 11/11/02

Dr. Francisco Jesus Vieira  
Diretor Legislativo

### PROVIDENCIADO

Em \_\_\_\_\_

Chefe da Seção de Autógrafos